

autismo

Cartilha de Direitos



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO ACRE



Cartilha de Direitos das Pessoas com Autismo

2023



**DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO ACRE**

**DEFENSORA PÚBLICA
GERAL DO ESTADO DO ACRE**
Simone Jaques de Azambuja Santiago

**SUBDEFENSORA PÚBLICA
GERAL DO ESTADO DO ACRE**
Roberta de Paula Caminha Melo

CORREGEDORA-GERAL
Fenisia Araújo da Mota

COORDENADOR DO NÚCLEO DA CIDADANIA
Celso Araújo Rodrigues

COORDENADORA CÍVEL
Thaís Araújo de Sousa Oliveira

**COORDENADORA DO
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS - CEJUR**
Juliana Marques Cordeiro

COORDENADOR CRIMINAL
Cássio Holanda Tavares

OUVIDORA-GERAL
Soleane Manchineri

ELABORAÇÃO
Esp. Raphael Batista da Silva
Prof. Dr. Francisco Raimundo Alves Neto



Apresentação

A Defensoria Pública do Estado do Acre (DPE/AC) é uma instituição autônoma e permanente que representa os direitos fundamentais de todas as pessoas em condições de vulnerabilidade.

Ela também atua na garantia dos direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e apresenta esta cartilha como um guia com todas as possibilidades previstas em lei para o público autista.

A cartilha foi desenvolvida a partir de uma pesquisa monográfica do Curso de Direito da Universidade Federal do Acre (Ufac). A DPE/AC, percebendo a importância da divulgação dos direitos dos autistas, e como acessá-los, oferece este conteúdo parametrizado como orientação para efetivar tais direitos.

O conteúdo tem como base a Constituição Federal de 1988, que garante que todas as cidadãs e os cidadãos são sujeitos de direitos e dotados de dignidade, inclusive as pessoas com deficiência.

Outros documentos também foram fontes da pesquisa: o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que objetiva assegurar e promover os direitos e liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Lei nº 12.764/2012) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90).



Sumário

O que é autismo?.....	06
Documentação necessária para ter acesso aos direitos e benefícios.....	07
Direito à carteira de identificação	08
Direito à saúde	09
Direito à educação	10
Direito ao Lazer.....	10
Passe livre	11
Vaga especial de estacionamento	12
Redução da jornada de Trabalho	12
Desconto em passagem aérea.....	13
Prioridade na restituição do Imposto de Renda (IR)	13
Isenção de Imposto sobre Propriedade de Veículo Automotor (IPVA)	14
Isenção para aquisição de veículo novo.....	15
Direito ao emprego.....	16
Amparo assistencial – Benefício de Prestação Continuada (BPC) / Lei Orgânica de Assistência Social (Loas).....	17
Atendimento prioritário.....	17
Isenção do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU)	18

O que é autismo?

Também chamado de Transtorno do Espectro Autista, o autismo é classificado como um transtorno do neurodesenvolvimento, quando a pessoa apresenta um desenvolvimento cerebral diferente do habitual.

Os principais sinais de autismo são o atraso ou regressão na obtenção de algumas habilidades básicas como: comunicação, socialização, fala e coordenação motora. Além de questões sensoriais relacionadas ao sentimento ou reações a diversos tipos de estímulos ambientais, que podem ser visuais, sonoros ou táteis.

Os indicativos geralmente são percebidos entre o nascimento e os seis primeiros anos de vida, quando ficam mais aparentes. Mas não é regra, há autistas diagnosticados na adolescência e na idade adulta.

O autismo não é uma doença, é uma condição de funcionamento cerebral, onde a pessoa nasce autista e permanece autista por toda a sua vida. O diagnóstico é clínico, ou seja, não depende de exames, mas de uma avaliação detalhada e criteriosa de profissionais capacitados.

As pessoas autistas apresentam dificuldades em duas áreas principais: comunicação social e comportamentos restritos e/ou repetitivos. São áreas complexas e as dificuldades em cada uma delas podem ser de tipos e intensidades variadas. Por conta dessa variação, na manifestação e intensidade, o autismo é considerado um espectro.

Até 2022, a classificação era conhecida como autismo leve, moderado e severo. Atualmente, a referência é apresentada como nível 1, nível 2 e nível 3, conforme a necessidade de suporte para a realização das atividades cotidianas.



Documentação necessária para ter acesso aos direitos e benefícios:

Do beneficiário:

- Documentos pessoais (RG, CPF, Certidão de Nascimento)
- Laudo médico com Código Internacional de Doenças (CID)
- Foto 3x4
- Comprovante de renda
- Comprovante de residência

Do responsável legal:

- Documentos pessoais (RG, CPF, Certidão de Nascimento)
- Termo de Guarda, de Tutela e Curatela, (apresentação obrigatória somente nos casos em que o solicitante seja responsável legal do autista)
- Comprovante de residência



Direito à carteira de identificação

Como solicitar: Acessar o site <http://acre.gov.br>, na guia de serviços para o cidadão, selecionar a opção “emissão da carteira do autista” onde deverá ser preenchido o cadastro e anexados os documentos solicitados¹.

Como solicitar: Comparecer à Secretaria Municipal de Saúde (Semsa), no endereço Av. Brasil, 475, Segundo Andar, Centro. A carteira será expedida sem qualquer custo, por meio de requerimento devidamente preenchido e assinado pelo interessado ou por seu representante legal, acompanhado das documentações originais e cópias².

1 Lei Romeo Mion - Lei nº 13.977/20
Lei nº 3.799/2021 do Estado do Acre

2 Decreto Municipal nº 795/2019 - Rio Branco/AC

Direito à saúde

- Ao diagnóstico precoce e a intervenção por meio de equipe multidisciplinar com acompanhamento profissional nas áreas de psicologia, fonoaudiologia e terapia ocupacional.
- Ao tratamento integral por meio do Sistema Único de Saúde (SUS).
- Ao tratamento integral custeado pelo seu plano de saúde, desde que esteja em dia com as carências e com as mensalidades.
- A realizar quantas sessões de terapia forem necessárias, de acordo com a solicitação dos médicos.
- Ao laudo médico com diagnóstico de autismo permanente, ou seja, sem prazo de validade.
- À medicação gratuita, inclusive de remédios de alto custo, desde que comprovada a necessidade.

Onde conseguir os medicamentos: no posto de saúde mais próximo de sua residência ou procurar atendimento nas secretarias especializadas ou programas do governo (Programa Farmácia Popular do Ministério da Saúde e o Centro de Referência para o Programa de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica / E-mail: creme.saude@gmail.com / Telefone: (68) 3227-3227 / WhatsApp: (68) 99247-6888)

Caso o medicamento de alto custo não esteja disponível na rede pública, a solicitação pode ser feita em juízo. Basta ir ao fórum com o receituário do médico, documentos de identificação e comprovante de residência da pessoa com autismo e do responsável para fazer a solicitação. Não é preciso advogado para fazer o pedido. Se tiver dificuldade, procure a Defensoria Pública.

Direito à educação

- À matrícula na escola, seja na rede pública ou privada de ensino. Nenhuma instituição pode negar a matrícula a quem está no espectro e não existe número máximo de vagas a serem preenchidas para os chamados “alunos de inclusão”.
- A um acompanhante especializado, mantido em anos subsequentes de acordo com a possibilidade.
- Ao acesso em turmas regulares do ensino.
- Ao Plano de Ensino Individualizado (PEI): a educação deve ser individualizada, de acordo com as necessidades e potencialidades de cada pessoa.
- À adaptação de materiais, de conteúdo, de local de ensino ou mesmo de avaliação, sem qualquer custo adicional.

Direito ao lazer

Às sessões de cinema especiais adaptadas, oferecidas ao menos uma vez ao mês. Para a adaptação das sessões é preciso que as luzes estejam levemente acesas, o volume seja um pouco mais baixo do que o habitual e não seja veiculada publicidade comercial. As sessões deverão ser identificadas com o símbolo mundial do Espectro Autista na entrada da sala de exibição³.

- A garantia de acessibilidade nos serviços de telefonia.
- Acesso a teatros, cinemas, auditórios, estádios, ginásios poliesportivos. Os locais de espetáculo devem reservar espaços ou assentos para pessoas com deficiência em todos os setores, resguardando o direito de se acomodarem próximas a seu grupo familiar e comunitário.
- Aos recursos de acessibilidade em todas as sessões das salas de cinema⁴.

³ Lei nº 3.965/2022 do Estado do Acre

⁴ Lei Brasileira de Inclusão (13.146/2015)

Passes livre

Interestadual - Pessoas com deficiência com renda familiar per capita de até um salário mínimo, têm direito ao benefício, que é a gratuidade nas viagens interestaduais de ônibus, barco ou trem⁵.

Onde conseguir: O pedido deve ser feito através do site <https://passelivre.transportes.gov.br/spl/login.html>

O formulário médico precisa ser no modelo que está disponível no site: <https://www.gov.br/antt/pt-br/assuntos/passageiros/passageiros-rodoviarios/passe-livre/passageiro/atestadomedicov3pdf.pdf> e assinado por dois médicos do SUS, sendo um deles especialista na deficiência.

Intermunicipal - Os autistas e seus acompanhantes têm o direito a realizar viagens de forma gratuita, desde que comprovem que a renda familiar é de até dois salários mínimos⁶.

Onde conseguir: Comparecer à sede da Agência Reguladora dos Serviços Públicos do Estado do Acre (Ageac), no endereço Rua Valério Magalhães, 178, bairro Bosque, Rio Branco, das 17h às 11h, e efetuar o pagamento de R\$ 10,00 para a emissão de cada carteirinha. Informações: (68) 3214-2600.

Interurbano - Os autistas e seus acompanhantes têm o direito a realizar viagens de forma gratuita, desde que comprove que sua renda familiar per capita é de até dois salários mínimos⁷.

Onde conseguir: Comparecer na OCA de Rio Branco, no endereço Rua Quintino Bocaiúva, 299, Centro, das 7h30 às 13h30, acompanhado das documentações originais e cópias.

5 Lei nº 8.899/1994

6 Lei nº 2.976/2015 do Estado do Acre

7 Lei nº 2.284/2018 do Município de Rio Branco/Acre



Vaga especial de estacionamento

Como solicitar: Comparecer à sede da Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito (RBTrans), na Rodovia BR-364, Km-125, Via Verde, bairro Corrente, na Rodoviária Internacional de Rio Branco, das 8h às 13h e das 15h às 18h. Pode ir também à OCA de Rio Branco, na Rua Quintino Bocaiúva, 299, Centro, das 7h30 às 13h30. Precisa levar as documentações originais e as cópias. Este serviço é gratuito e a retirada do documento imediata.

Redução da jornada de Trabalho

Essa redução pode ser de até 50% da carga horária de trabalho (a depender da previsão em cada lei), sem prejuízo no salário, ou seja, o funcionário reduzirá seu tempo de trabalho, mas não receberá menos por isso⁸.

Como solicitar: O pedido deve ser apresentado no setor de recursos humanos do seu local de trabalho, que demandará para a junta médica e agendará realização de perícia. O requerente deverá apresentar toda a documentação necessária.

⁸ Para servidores Federais – Lei Federal nº 8.112/90
Para servidores Estaduais – Lei Estadual nº 2.976/2015
Para Servidores Municipais – Lei Municipal nº 2.284/2018

Desconto em passagem aérea

A pessoa com deficiência que precisar de assistência para ir ao banheiro, colocar o cinto de segurança, se alimentar ou mesmo permanecer de forma segura no voo, tem direito a um acompanhante que terá desconto de 80% no custo da passagem aérea⁹.

Como solicitar: É necessário o preenchimento de um formulário, pelo médico, que pode ser particular ou do SUS: Formulário MEDIF (para uma única viagem, incluindo ida e volta) ou FREEMEC (válido por um ano para viagens na mesma companhia aérea).

Os formulários são fornecidos pela própria companhia aérea e para acessá-los, o responsável deve adquirir o bilhete do autista com tarifa normal, preencher o formulário e entrar em contato com a companhia via SAC ou e-mail, para a emissão do bilhete do acompanhante com desconto de 80% do valor pago na passagem do beneficiário.

Prioridade na restituição do Imposto de Renda (IR)

Se você tem um dependente declarado que possui deficiência, pode informar na ficha de identificação, em “dados do contribuinte”, no campo específico que esta pessoa com deficiência faz parte de sua declaração. Caso a pessoa com deficiência seja a autora da declaração, também pode fazê-la. Nas duas formas, terá prioridade na fila das restituições¹⁰.

⁹ Resolução nº 280/2013 da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac)
¹⁰ Lei Federal nº 13.146/2015



Isenção de Imposto sobre Propriedade de Veículo Automotor (IPVA)

- Para garantir a isenção, o veículo precisa estar em nome da pessoa com autismo, independentemente da idade.
- Só pode ser solicitada para um único veículo por pessoa com autismo.
- Será necessário um laudo em formulário próprio assinado por médico, psicólogo e funcionário responsável pela unidade do SUS ou clínica credenciada ao Departamento Estadual de Trânsito (Detran)¹¹.

Como solicitar: O pedido pode ser feito totalmente online, pelo site <http://www.sefaznet.ac.gov.br> ou presencialmente, na OCA de Rio Branco, no endereço Rua Quintino Bocaiúva, 299, Centro, das 7h30 às 13h30, acompanhado das documentações originais e cópias. Deve apresentar também a cópia simples e o documento original do Certificado de Registro de Veículo (CRV) e da Nota Fiscal. Além do pagamento de uma taxa administrativa no valor de R\$ 12,42. O prazo para análise é de trinta dias corridos.

¹¹ Lei Complementar nº 114/2002 do Estado do Acre



Isenção para aquisição de veículo novo

Para ter direito à isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) é necessário que seja um carro zero quilômetro, de fabricação nacional, automático ou não, com valor de até R\$ 140.000,00. Para carros acima do limite de R\$ 70.000,00, a isenção será apenas do IPI, em um montante de 10%.

Como solicitar: O pedido deve ser feito totalmente online, pelo site do Sistema de Concessão Eletrônica de Isenção de Imposto (Sisen): <https://www.sisen.receita.fazenda.gov.br/sisen/inicio.jsf>.

O formulário deverá ser preenchido e as documentações solicitadas, anexadas. Será necessário um laudo em formulário próprio assinado por 1 médico, 1 psicólogo e 1 funcionário responsável pela unidade do SUS ou clínica credenciada ao DETRAN. O prazo para concessão da isenção é de 72 horas.

Direito ao emprego

Reserva um percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas com deficiência e define os critérios para sua admissão. Portanto, nos concursos realizados no âmbito da União Federal, ou seja, empresas públicas federais, sociedades de economia mista, autarquias federais, fundações públicas federais e a própria União Federal haverá a reserva de até 20% das vagas às pessoas com deficiência¹².

Obriga a empresa com cem ou mais empregados a preencher de 2% a 5% dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência habilitadas, na seguinte proporção:

- I- Até 200 empregados 2%
- II- De 201 a 500 3%
- III- De 501 a 1.000 4%
- IV- De 1.001 em diante 5%

A empresa é obrigada a manter adaptações necessárias no ambiente de trabalho de acordo com as peculiaridades das pessoas com autismo e negar esta adaptação é considerado crime de discriminação¹³.

¹² Lei Federal nº 8.112/1990

¹³ Lei Federal nº 8.213/1991

Amparo assistencial – Benefício de Prestação Continuada (BPC) / Lei Orgânica de Assistência Social (Loas)

O LOAS ou o BPC é um benefício previdenciário que paga um salário mínimo mensal, sem 13º salário, para idosos com idade acima de 65 anos e para pessoas com deficiência de baixa renda. A pessoa com Autismo, como é considerada pessoa com deficiência para todos os efeitos legais, pode ter direito a este benefício.

Para ter direito ao Benefício Assistencial é necessário comprovar o Autismo, por meio de relatório médico e perícia médica do próprio INSS e a condição de miserabilidade (renda mensal per capita é inferior a 1/4 do salário-mínimo vigente).

Como solicitar: Administrativamente - no próprio INSS através do telefone 135 ou por meio do portal <https://meu.inss.gov.br>.

O atendimento é feito à distância, porém a comprovação da deficiência e a condição de baixa renda, geralmente são comprovadas pessoalmente, por meio de um médico perito do INSS e de uma assistente social.

Judicialmente - a pessoa com Autismo que tem baixa renda e tiver seu pedido negado, poderá entrar na Justiça por meio do Juizado Especial Federal ou de Advogado particular pleiteando a concessão do Amparo Assistencial em sede medida antecipatória, ou seja, via liminar.

Atendimento prioritário

Os Órgãos Públicos e estabelecimentos privados são obrigados a inserir o Símbolo Mundial do Autismo em placas de atendimento prioritário e a dar atendimento prioritário às pessoas portadoras do Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), não podendo reter em filas tais cidadãos¹⁴.

¹⁴ Lei Municipal nº 2.230/2017 – Rio Branco

Isenção do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU)

Estão isentos do pagamento do IPTU aos imóveis de propriedade ou que residam contribuintes, cônjuge ou filhos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), comprovado por laudo médico.

Como solicitar: Comparecer a OCA, no endereço Rua Quintino Bocaiúva, 299 – Centro, das 7h30min às 13h30min, acompanhado das documentações originais e cópias ou em algum dos Centros de Atendimento ao Cidadão (CAC) da Prefeitura Municipal de Rio Branco, nos endereços:

- CAC - ESTAÇÃO (Mercado Francisco Marinheiro, Box 03 e 04, Endereço: Rua Sorocaba, Esquina com Av. Ceará, Estação Experimental).
- CAC – Rodoviária (Rodoviária Internacional de Rio Branco, Endereço: Rodovia BR-364, km-125, Via Verde, bairro Cor'rente).
- CAC – SOBRAL (Mercado Luiz Galvez, Box 80, Endereço: Estrada do Sobral, s/n – Sobral)

Atendimento dos CAC's de segunda a sexta-feira das 7h às 18h.

É necessário além da documentação do beneficiário e responsável, levar 01 cópia simples do Título Definitivo ou da Escritura Pública ou do Contrato de Compra e Venda ou do Contrato de Locação ou do Contrato de Cessão, que ficará retida. O Contrato de Compra e Venda ou de Locação ou de Cessão deve estar com firma reconhecida em Cartório e o IPTU, original que ficará retido.

É necessário o pagamento de uma taxa administrativa no valor de R\$ 32,61 (trinta e dois reais e sessenta e um centavos). O prazo para análise é de quinze a trinta dias úteis.



ACRE

Av. Antônio da Rocha Viana, 3057 -
Santa Quitéria - Rio Branco - Acre.
CEP: 69.918-700